

Maria do Carmo Serén

Carisma e realidade do General Francisco da Silveira Um militar de carreira em momento de viragem



Quinta de Canelas

R E S U M O

Guarda-se do Conde de Amarante os sucessos militares que o tornaram um dos grandes da restauração do Príncipe Regente, impediram a reunião das tropas de Loison e Sault, permitindo o ataque ao Porto de Wellesley e, nomeadamente, comandando já tropas portuguesas e inglesas, o persistente percurso de expulsão dos exércitos franceses em Espanha, com batalhas que lhe granjearam uma Medalha da Vitória idêntica à de Wellington. Mas é a sua concepção de defesa das populações, contrariando o objectivo britânico de reconquistar apenas Lisboa, que torna clara a sua capacidade de resistir, reconstituindo um exército que não havia a partir de voluntários, populares, milícias e guerrilhas, que esclarece sobre a pouco reconhecida eficácia portuguesa na derrota de Napoleão e, de certo modo, nas contradições desse mesmo exército na revolução de 1820

Quinta de Canelas

A famosa espada de brilhantes do General Francisco da Silveira já não pertence à família. Mas esse valor intrínseco e extrínseco, que resultou de uma oferta do país agradecido, feita por subscrição pública, o mais alto tributo que se pode atribuir a um dos seus melhores, foi branqueada por essa velha questão do homem: como situar a sua vida interior quando tudo muda, quando o que se respeita perde valor?

O Liberalismo de muitas cepas não perdoou e deixou-o ficar no limbo dos incómodos Silveiras, que foram prestando serviço a uma Pátria diversa da que se fazia nascer com rosto de Romantismo e exigia novas fidelidades.

Os valores do herói que teve a medalha de ouro da Vitória, igual à de um Wellington vitorioso na Península e oferecidas pelo governo inglês, que foi grande de Espanha por Fernando VII e se adornou com inúmeras medalhas internacionais de velhas e novas sensibilidades, estava moldados pelo Antigo Regime, que foi também a época do Iluminismo e da Razão. Nascera com eles dentro de uma família privilegiada e respeitá-los era respeitar-se. Valores que, sabe-se bem, frutificam melhor quando a linhagem não está submetida à Corte e, questão ainda pertinente,

no contexto interior de uma vida feita no Douro herdeiro das *Cortes de aldeia*, que vira ainda recentemente serem brutalmente deslocados do seu pedestal os mais representativos líderes da nobreza do Norte, os Távora. O crime fora, como se sabia e não se aceitava, o de infidelidade.

A linhagem de Francisco da Silveira trazia com ela a cruz de Cristo dos fidalgos dos Açores que cresceram na administração das ordens militares; havia uma enorme tradição de inquietação militar dos seus antepassados desde os finais de D. João II; não tinham frequentado a Corte de Madrid, como os Meneses e os Távora, mas participado de alma limpa nas guerras da Restauração, quando o exército português se renovou e deu os melhores exemplos da cavalaria na batalha do Ameixial.

Será ainda dentro de uma larga tradição, que Francisco da Silveira faz uma compassada carreira de armas, nitidamente associada à manutenção da ordem da sua província e aos interesses de produtores de vinho, que a linhagem também representava e explicava, em parte, a trama dos seus casamentos. Havia assim ligações matrimoniais com os Távora, os Pintos, os Teixeiras e os Fonecas. Esta nobreza rural, mesmo a dos fidalgos sem título como os Silveira, mantinha casas brasonadas que também são quintas de produção, como a Quinta de Canelas do Douro, onde nasce o general, em 1763, em momento de crise agrícola no Douro. Para dominar a guerra dos preços que opunha autarquias aos governos proteccionistas, desenvolvera-se, nomeadamente no século XVIII, um poder local forte onde participavam ou tinham clientela os fidalgos a quem o absolutismo retirara elha guarda de corpo, que marcara a sua representatividade pessoal. O rizoma social desta forma de produção de bens da terra, que envolve os trabalhadores rurais, os grandes lavradores, os feitores dos fidalgos e os próprios fidalgos com o poder autárquico, faz surgir uma outra componente do Antigo Regime, o *bando*, grupo flutuante de desertores e vagabundos que espelham a margem rural do sistema, que deseritava da terra os filhos segundos.

Não se pode pensar a acção militar do general Silveira sem o conhecimento de facto desta situação: a utilização eventual dos bandos, (afinal povo armado, semi-profissional, que sempre incluía homens preparados pelo *Alardo* anual que propiciava a Ordenança). A confiança que lhes votava e o seu trato habitual com as suas virtualidades, fazia do bando homens seus. Bandos e voluntários ou milícia impreparada pelos tempos, fazem as suas primeiras glórias e serviços. E, não se pode deixar de observar que, ao contrário de muitos militares de origem nobre do seu tempo, Francisco da Silveira não fez a carreira relâmpago que os privilégios permitiam; não esteve na Campanha do Roussilhão como Bernardim Freire, não aproveitou os privilégios régios que permitiram ao futuro marechal Saldanha e tantos outros, ser capitão na flor da idade. Silveira foi marcando a sua vida militar com a cadência controlada de outros interesses imediatos: é cadete do Regimento de Cavalaria de Almeida, quando casa, em 1781 com Dona Emília Teixeira de Magalhães Lacerda, da Casa da Calçada, em Vila Real, o que fazia crescer em propriedade e dinheiro a sua linhagem, acrescentando à Quinta de Canelas, os bens do vínculo do Espírito Santo, criado em 1729. Só dez anos depois o vemos como tenente.

Na realidade, a meados do século XVIII o exército português é de pouco valia e pouco interessa a própria Coroa, determinada no comércio triangular que incluía o ciclo do ouro. O transporte do ouro que se salvaguardava com a aliança inglesa, era garantido por armadas de protecção britânicas. O país, desde D. João V, apostava na neutralidade militar com o resto da Europa e no apoio da maior armada do tempo, a inglesa. E na sua interesseira *Portugal Trade*. O que ficara muito claro na Guerra dos Sete Anos, quando tropas hispano-francesas invadem Trás-os-Montes e ocupam Chaves. Praticamente não havia exército preparado e o Marquês de Pombal chamara então o Conde de Lippe que, em poucos meses organiza e destaca os regimentos de cavalaria de Almeida, Bragança e os Dragões de Chaves: Chaves será libertada após um ano de ocupação e os regimentos do Norte avançam sobre os invasores em território espanhol, causando 20.000 mortos. De Lippe regressara ao seu principado alemão e o exército nacional ficara-se por essa inovação e um breve entreacto da sua nova eficácia.

Percorso tradicional de uma acção militar

Dez anos depois do seu tirocínio em Almeida, em 1790, Francisco da Silveira é colocado no Regimento de Cavalaria de Bragança; em 1793 é tenente e está em Chaves. Então, a sua missão específica é terminar com os bandoleiros e os bandos de guerrilheiros do Alto Tâmega. Em França é o início do Terror, com Robespierre. É também o início da guerra externa da França Revolucionária. Para Portugal será o apoio às tropas espanholas no Roussilhão, anulada a nossa neutralidade com a invasão da Espanha: a rainha D. Maria, tratada em vão pelos

médicos do rei inglês, enlouquecera e o príncipe herdeiro, D.João governa. É casado com D.Carlotia Joaquina, filha do rei espanhol Carlos IV.

Em Dezembro de 1799, já com 36 anos, Francisco da Silveira é feito capitão e ajudante do Governo de Armas da Beira. Patrulha o espaço de Lamego a Viseu, com tropas de 2ª Linha, milícias. Com o Conde de Lippe, a 2ª Linha deixara o seu papel de guarda municipal e de reserva e passara a ter serviço de fronteira, os homens devidamente armados, como auxiliares de tropas de 1ª Linha. Os capitães eram escolhidos entre os nobres da região do levantamento.

No contexto da “Guerra das Laranjas”, em 1801, a carreira militar de Francisco da Silveira parece adaptar-se ainda a esse processo defensivo da sua região. É sargento-mor, comandante em chefe das Companhias Francas de Trás-os-Montes, Minho e Douro, com chefia no Porto. No Entre Minho e Douro está o contingente do Marquês de la Rosière, emigrado francês em Londres, que chegara no ano anterior com os 6.000 homens cedidos pela Grã-Bretanha, quase todos eles emigrados, agora em luta com a França revolucionária; concentra em Chaves o Regimento de Infantaria, a Cavalaria de Bragança e dois batalhões de milícias e os voluntários treinados por Silveira. Juromenha e Olivença tinham-se rendido de imediato às tropas do favorito dos reis de Espanha, Godoy, que prosseguia, então, o seu plano de anexar para si o sul de Portugal, aliando-se aos propósitos ainda imprecisos do então Primeiro Cônsul francês, Napoleão.

Apesar do exemplo de Campo Maior, que levava 18 dias a ser ocupada, resistindo, as praças começam a ser abandonadas por tropas e população civil.

No Norte, como em todo o país, há um exército indisciplinado comandado por Bernardim Freire de Andrade, marechal de campo. Tenta-se ocupar Monterrey e não se consegue. Os portugueses regressam e fazem evacuar a praça de Chaves, que mantém uma guarnição mínima. Quando a paz é assinada e a Coroa paga uma indemnização de milhões a Godoy e Luciano Bonaparte, os portugueses tinham conseguido, apesar de tudo, manter afastados do Norte os espanhóis.

Na nova (des)ordem napoleónica

Os anos que seguem são determinados pela ascensão de Napoleão a Imperador e pelo reconhecimento das suas fulgurantes vitórias militares. Nas suas ilhas, a Grã-Bretanha organiza e reorganiza ligas militares contra a França; Napoleão acabará por propor o Bloqueio Continental à Inglaterra para sufocar a sua economia, o que coloca Portugal em grande instabilidade devido à sua aliança com a Inglaterra e pelo facto desta querer garantir a todo o custo uma base militar inglesa em Portugal para o seu ataque a França.

A resposta da regência é naturalmente e sempre, a neutralidade. Para a manter irá pagando 3 milhões mensais aos embaixadores franceses em Portugal, De Lannes e Junot. Esta infracção da neutralidade, que é de resto insuficiente para Napoleão que exige o fecho dos portos à Inglaterra, é compensada pela ocupação da Madeira pelos ingleses, com Beresford, as tentativas de ocupar Goa por Wellesley e a ameaça constante dos ingleses de ocuparem o Brasil. O valor português na panóplia internacional mede-se pelas suas colónias, nomeadamente o Brasil, agora também produtor de algodão. Toda a política diplomática portuguesa irá condicionar-se, seja qual for o partido no poder, (pró-inglês ou pró-francês), à manutenção das suas colónias fundamentais e à conservação do reino livre, não-ocupado e com a sua monarquia de Bragança, legitimando esse poder.

Pagando com os diamantes e esmeraldas do Brasil, D.João tenta garantir essa situação com a França; com a Inglaterra, além da exigência de apoio militar, há sempre a reafirmação de que os interesses ingleses em Portugal não serão atacados.

A proposta dos conselheiros pró-ingleses da retirada da Corte para o Brasil, apoiada pela Grã-Bretanha, não agrada ao Regente e só começa a ser levada em conta, (com diversos subterfúgios de adiamento,) quando o perigo de uma invasão napoleónica se agrava. Na verdade, tropas e navios portugueses tinham estado com Nelson na batalha de Trafalgar, (1804), infringindo qualquer validade das suas promessas e a ideia de Godoy começa a interessar a Napoleão, pois tem de compensar a rainha da Etrúria com um pedaço de Portugal. Godoy terá, ainda, o apoio de Talleyrand em 1806. Pitt, o ministro inglês morrerá e o novo ministro, Fox, quer saber da capacidade de defesa de Portugal e, acima de tudo, impedir que a armada portuguesa caia nas mãos dos franceses. Impõe-se que a família real siga para o Brasil. Com o ministro que logo lhe sucede, Canning, feroz anti-jacobino, depois da vitória de Napoleão em Iena, prepara-se nova coligação militar com a Prússia e a Rússia. A Prússia é logo ocupada e a Rússia é vencida em Friedland. Napoleão decreta então o Bloqueio Continental, sem apelo nem agravo. Em

Portugal começa a política de ocultamento. Há medo da ocupação francesa, (que sempre se agrava com o regresso das tropas em campanha) e medo da ocupação colonial e continental por parte dos ingleses. Vai-se adiando o encerramento dos portos, quatro comboios de residentes ingleses seguem, com bens e família para a Grã-Bretanha. D.João explica a demora dos fecho dos portos pela necessidade de regresso dos navios portugueses em trânsito pelo mundo; ao rei inglês assegura que o fecho dos portos é ficcional. Adia, acima de tudo, a sua partida para o Brasil. No porto de Lisboa, a armada danifica-se à espera.

Mas os ingleses, mal Copenhaga aceita o bloqueio, bombardeiam e destroem a cidade dinamarquesa. D.João, temendo que o mesmo suceda à capital, reforma o exército que é enviado para o litoral para defender Lisboa dos Ingleses. A meados de Outubro já se sabe que um exército francês está em trânsito por Espanha, reunindo-se a contingentes espanhóis e marchando para Portugal. De resto, a 27 de Outubro é assinado o Tratado de Fontainebleu, que divide Portugal em 3 partes, uma para Godoy, outra para a Rainha da Etrúria, outra reservada à Casa de Bragança, mas que será rapidamente entendida como francesa. E só a 3 de Novembro Napoleão é notificado do Bloqueio português. A 10, ainda D.João envia uma embaixada com o Marquês de Marialva para propor o casamento do seu filho D.Pedro com a filha de Murat, que casara com a irmã de Napoleão. Em Madrid convencem o Marquês da inutilidade da manobra e aí se vão ficando.

A 27 de Novembro inicia-se o embarque; ao que se dizia, 15.000 pessoas partiram com os seus cavalos, as suas carruagens, os seus móveis preferidos, as suas jóias. D.João levava ainda os dinheiros públicos minuciosamente levantados. Tudo se faz em grande confusão e pressa, o cais fica cheio de caixas de objectos de arte e a biblioteca régia e os navios, com o apoio de uma armada inglesa tentam vencer uma repentina tempestade na barra. Alguns, menos apressados, serão bombardeados por ordem de Junot, a partir de S.Julião da Barra, regressando, danificados, ao porto.

As vicissitudes dos franceses através da travessia de Espanha e Portugal são conhecidas. Não recebem apoio espanhol, como combinado, não há regimentos nem mantimentos à sua espera, apenas um exército pessoal de Godoy, comandado pelo general Caraffa se lhe junta. A entrada, fugindo a Almeida, (que, julga Junot, poderia estar vigilante) faz-se pela Beira Alta em tempo de chuva, tempestade e rios enfurecidos. Na retaguarda, os camponeses que vendem ou cedem os bois requisitados, roubam os equipamentos franceses e matam os retardatários. Há pouco que comer e pouco que roubar no território montanhoso que é atravessado. Mas D.João deixara um governo em seu nome e uma declaração, para ser conhecida por todos, que falava da bondade dos franceses que viriam para impedir o ataque inglês. Pedia um acolhimento leal aos franceses. A ordem é também para os quartéis militares e explica o apoio do quartel de Abrantes e de Tomar que fornecem alimento e o fardamento possível às tropas francesas famintas e descalças. Assim entra em Lisboa uma miserável vanguarda, ladeada e protegida por militares portugueses. Mas em breve chegam os regimentos retardatários, sem cavalos, naturalmente sem cavalaria e pouca artilharia.

Acção militar e conspiração

Quando finalmente chegam os regimentos espanhóis de apoio à invasão, (os 35.000 homens prometidos), com os seus 27.000, Junot soma 62.000 homens. Mas guarda para si metade das tropas francesas, que ficam em Lisboa; alguns franceses juntam-se a espanhóis no Algarve, o contingente espanhol do Marquês del Socorro, ocupa o Alentejo, enquanto outro contingente espanhol com Taranco, (e em breve com Ballestá), ocupam o Norte até Coimbra, mantendo-se ainda no Porto o primeiro exército de ocupação, o de Caraffa. Em Almeida fica a legião de Loison, para trânsito e controlo; Junot manda abrir uma estrada que liga directamente, na medida do possível, Almeida a Lisboa. Não se cumpre, desde a primeira hora, o tratado de Fontainebleu.

Entre a proclamação de despedida de D.João e as iniciativas de domínio imediatamente tomadas pelo exército ocupante, o exército português fica indeciso. Sabe-se como as altas patentes aconselhavam entre si manter o respeito pelas ordens do regente.

Mas dentro da inevitável política de guerra, Napoleão ordenara a Junot para enviar para França os familiares da família real, o melhor do seu exército, entre 5.000 e 6.000 homens, (a Legião Portuguesa) e extinguir e desarmar rapidamente o exército nacional, incluindo as milícias. Junot manteve por muito tempo a ideia de aliciar o exército português, conservando-o consigo. O que Napoleão, desde a primeira hora, considera imprudente e ingénuo.

A atitude ambígua criada por D. João, forçando o reconhecimento das tropas de Junot como aliados e ainda a admiração que o imperador francês determinava nos militares, explica que Gomes Freire de Andrade, o Marquês de Alorna e outras chefias menores se tenham responsabilizado pela organização da Legião Portuguesa. Terá 9.000 homens, mas em Baiona só entram 6.000; 3.000 perderam-se em expedições em Espanha e tornaram-se desertores.

O dismantelamento do exército começa logo em Dezembro de 1807, no Alentejo são também licenciadas todas as milícias; no Norte só a meadas de Fevereiro são licenciadas e depositam as suas armas nos magistrados locais da Justiça.

Francisco da Silveira demitira-se do exército logo em 1807 e tentara embarcar para o Brasil, não o conseguindo. Tudo indica que começara desde cedo a conspirar contra os franceses. Sabe-se que no Norte as armas dos milicianos, (de resto as mais actuais porque as milícias tinham sido reformadas por D. João nesse ano) não foram enviadas para Lisboa, como era exigido quando do dismantelamento do exército de segunda linha. E sabe-se ainda, como elas foram decisivas para armar o exército das Juntas, em 1808, mantendo-se devidamente resguardadas nas instâncias judiciais das comarcas, sendo rapidamente fornecidas quando do levantamento do Norte, este mesmo excessivamente rápido e interligado para ser entendido como espontâneo.

Entretanto, numa Espanha que de aliada a Napoleão se vira rapidamente como vítima de ocupação, com Marat a governar em Madrid e a família real prisioneira e levada à falsa fé para França, a afronta do *dois de Maio* abre a contestação e a revolta: começam a surgir Juntas Revolucionárias em nome de Fernando VII e dar-se-á-se a batalha de Bailén, contra os franceses. As Juntas conseguem o apoio dos ingleses e criam um exército, seja nas Astúrias, Jaen, Sevilha ou Cádiz. A Junta de Sevilha conta com o general Castaños, que organiza o exército revolucionário de Andaluzia que segue contra os franceses da província, o de Vedel e o de Dupont, que está em Bailén a 12 de Junho. Castaños tem um exército de quase 25.000 homens, com milícias de diversas Juntas e ainda um forte contingente de guerrilha. Só lutam cerca de 14.000 do exército de 1ª Linha, enquanto o resto, com Castaños, se mantém próximo para reforçar eventualmente o ataque. Em três dias de combate os franceses capitulam e aceitam as condições impostas por Castaños: as tropas são considerados prisioneiros de guerra, deixam as bagagens e os bens usurpados às igrejas, (só se encontram já transformadas em barras de ouro e prata), as armas e os cavalos, (apenas os oficiais superiores mantêm a espada e as bagagens vistoriadas). Só podem levar um carro e saem em navios franceses com tripulação espanhola. Assim, pela primeira vez as tropas de Napoleão depõem armas, deixam bagagens e cavalos, carros e despojos roubados. A 29 Madrid capitula, Marat leva os seus 37.000 homens, prisioneiros e residentes para França. Os Ingleses querem desembarcar com 10.000 homens de Moore em Cádiz, o que a cidade não consente; Wellesley, com os seus 9.000 homens destinados à invasão das colónias espanholas, é enviado para o largo da Península. A imprensa inglesa fala da coragem espanhola, comparando-a com a "alma de escravos" dos portugueses.

A Inglaterra manda Beresford, agora general, acompanhar este exército flutuante, às ordens do governador de Gibraltar.

De Portugal saem para se juntar ao exército das suas Juntas os espanhóis de Ballestá, do centro e do sul. Só não saem os de Lisboa e arrabaldes que Junot faz juntar e desarmar rapidamente. Com a saída progressiva de espanhóis e em contacto com as milícias e guerrilhas fronteiriças, desde Maio que surgem aclamações a D. João, no Norte e prepara-se a organização da revolta através do processo das Juntas, no mês seguinte.

É um momento de viragem, mas altamente perigoso: a vitória de Bailén faz o exército francês em França reorganizar-se e concentrar-se. Assim o sucesso de Bailén não voltará e no rescaldo da próxima derrota de Junot, Napoleão, pela primeira vez, decide comandar pessoalmente o seu exército da Península, alargado então com dois contingentes de peso, o de Ney e o de Soult.

Portugal tem uma aparente oportunidade, com a saída dos espanhóis, mas não tinha realmente um exército, nem de primeira nem da segunda linha; os seus melhores oficiais seguiram para França, (e ainda lutaram contra a Junta de Saragoça, cercando-a.) Têm Lisboa e o litoral até o centro fortemente ocupados com tropas francesas de elite; Almeida e Abrantes, como capitais militares que controlam o Norte e o Centro e Loison sempre em movimento. Em todas as fronteiras há exército francês a pouca distância, quando as Juntas começam a ser sucessivamente vencidas e isoladas. Exércitos que podem ser facilmente reforçados. Em breve, apenas o exército rebelde do Marquês de la Romana, (que trouxera com ele o seu regimento revoltado, em serviço de apoio a Napoleão, no Norte da Europa) é o único a fazer a guerrilha na Galiza.

Neste contexto o papel das Juntas portuguesas para a libertação e autonomia portuguesa mais do que uma utopia é uma provocação.

Já a 6 de Junho Ballestá prende Quesnel e os seus soldados franceses, sai para a Galiza com as tropas espanholas de ocupação, levando os franceses prisioneiros. No dia seguinte o sargento-mor do Castelo da Foz, Raimundo José Pinheiro substitui a bandeira francesa pela portuguesa e dá ordem de entrada a um navio inglês. No Porto permanecem os 4.000 soldados de Caraffa, (eram 7.000 em Abril, mas Junot pedira 3.000 para juntar ao contingente de 7.000 homens de Caraffa em Lisboa). São homens de Godoy, não obedecem a Ballestá, mas, dentro do Tratado, a Junot. Mesmo assim a 17 de Junho havia 3.500 espanhóis comandados já por Quesnel.

O governador de armas do Porto intervém, bloqueando a autonomia do quartel; mas não impede que esse fosse o rastilho da revolta no Norte, obviamente integrada numa conspiração da região norte. A 6, o Quartel de Chaves faz a primeira proclamação, contando com a do Porto. Só se reata a revolta na noite de 17, madrugada de 18. É a adesão geral, com o apoio dos já formados corpos militares de voluntários e a população. No Porto, abre-se a barra a 20. Chaves retoma a revolta a 19 e em Vila Real, Francisco da Silveira faz uma proclamação onde afirma os objectivos da luta em geral e a adesão das Juntas Revolucionárias à Junta Suprema do Porto, governada pelo seu bispo desde a véspera. A proclamação das Juntas, aclamando o regente D. João sucedem-se, extravasando para outras províncias, incluindo o Algarve.

O exército da Junta do Porto é criado, tem como comandantes Bacelar e Bernardim Freire. Silveira também presta serviço à Junta do Porto e pertence ao seu exército, desde 21 de Julho.

É incumbido de reorganizar os corpos militares da província, de infantaria e cavalaria; mas por onde passa subleva ainda as populações. Junta os Regimentos de Infantaria 24 e Cavalaria 12, (os famosos “doze e dobra”) e os corpos espanhóis rebeldes, chegados de Monterrey, para defender Trás-os-Montes. Wellesley já se reunira com a Junta e já se sabia a enorme diferença de objectivos dos dois lados: Wellesley quer tomar Lisboa para aí fazer a base de ataque aos franceses na Península, não se interessando pelo resto do país. A Junta e o seu exército, nomeadamente Bernardim Freire, Bacelar e Silveira, numa primeira fase decisiva, querem apenas retirar e afastar os ocupantes do Norte do país; todo o seu apoio aos ingleses passa por isso: garantir a libertação do Norte e do país. De momento interessa garantir a defesa do espaço onde se encontra a Junta Suprema. E assim, bloquear Almeida e sublevar de imediato as Beiras.

Só quando já está de pé o exército da Junta, Silveira vai para o Porto, para Cavalaria 6.

A 17 de Julho Loison tem ordens de Junot para aniquilar a insurreição do Norte, dirigindo-se para o Porto. Leva 2.600 homens, boa cavalaria e 27 carros de bagagem e armamento. Chega a 20 a Lamego que se rende, segue para a Régua, onde instala uma guarnição e em seguida para Mesão Frio, onde entra com 8 peças de artilharia. Quer continuar para Amarante, chega aos Padrões da Teixeira e enfrenta tropas desordenadas de Francisco da Silveira: os voluntários do seu cunhado, Gaspar Teixeira e milícias de Vila Real, a guerrilha de Ascanho e voluntários de Miranda, Guimarães e outras milícias com os seus fidalgos. A retaguarda de Loison é investida com estratégias de guerrilha e vai confrontando emboscadas a sul de Padronelo, por vezes efectuadas por paisanos armados de paus, como o grupo de homens de Canelas. Destroem peças de artilharia, roubam e inutilizam a pólvora, bagagens e carruagens, matando o ajudante de Loison, que confundem com ele. O objectivo é desorganizar o exército francês impedir que Loison chegue ao Porto, o que conseguem. Loison regressa à Régua e pelo caminho até Almeida incendeia e mata quanto aparece. Morrem justicados cerca de 3.000 pessoas. Junot manda-o, então, apaziguar o Alentejo.

No Porto a Junta faz Silveira coronel, em Cavalaria 6.

A 1 de Agosto os ingleses desembarcam em Lavos: 14.000 homens, 18 peças de artilharia, 200 cavalos. Então, por acção das Juntas, praticamente nove décimos do país estavam libertados, embora ainda sujeitos aos “raids” punitivos de Loison. Foi fácil o desembarque, com o litoral centro limpo de franceses. A 3 de Agosto os representantes da Junta reúnem com Wellesley em Montemor-o-Velho, (Freire de Andrade, Ayres Pinto de Sousa, Canavarro e Francisco da Silveira). Não chegam a acordo. Wellesley insiste na exclusiva libertação de Lisboa, o que devia canalizar todo o esforço de guerra; a Junta defende a protecção da população geral, defendendo-os na inevitável retaliação francesa em retirada.

Mas fica acordado que as milícias portuguesas seguiriam para cercar Abrantes e o exército português juntar-se-ia a oeste de Leiria ao de Wellesley. Bernardim Freire é informado que Loison está em Santarém com 8.000

homens e quer manter tropas para defender o centro e o norte. Mas, supondo a certa altura que Loison vem contra si, Bernardim une-se aos ingleses em Caldas da Rainha e segue para Óbidos, contra a retaguarda francesa, como fora combinado. A 17 de Agosto dá-se a batalha de Roliça, 5 horas de luta antes dos franceses retirarem deixando as bagagens em campo. Wellesley só quisera 1.600 homens do exército português, (receava não ter rações alimentares suficientes), mas combateram 2.600 portugueses dos 6.000 do exército da Junta. O Regimento de cavalaria 6 de Silveira também se incluiu. Os ingleses perderam quase 500 homens.

A 21, Junot com 14.000 homens enfrenta 18 a 20.000 anglo-portugueses no Vimeiro. Acaba numa violenta luta corpo a corpo. Morrem 1.400 franceses, 4.000 são feridos, fazem-se 400 prisioneiros, os Aliados perdem 950 homens e têm 500 feridos. Os franceses perdem tudo na batalha, bagagens e material de guerra.

Com o final da batalha Wellesley é substituído no comando pelo governador de Gibraltar, que decide esperar a chegada das tropas de Moore, já que o momento era decisivo e capital: com a derrota de Junot, ocupar-se-ia Lisboa, o principal objectivo da ajuda inglesa e dos seus planos de resistência a Napoleão, inutilizando o Bloqueio.

Na espera Junot joga a sua cartada e propõe um armistício, garantindo que se o não aceitassem incendiaria Lisboa. É aceite e só será assinado a 31, sem a presença de representantes portugueses.

A 31 é pois assinada a Convenção de Sintra. Os ingleses mostram-se muito mais modestos na vitória do que os espanhóis em Bailén. Permitem que os franceses retirem com as suas bagagens e armas, os seus 600 cavalos, (todos portugueses, pois chegaram sem qualquer montada), e acabaram por levar 800, alguns da coudelaria real; só se lhes impôs a entrega de património português de que se tinham apropriado, (sabe-se que Junot conseguira enviar, pouco antes, por barco, a “sua” Bíblia portuguesa, do património real, de incalculável valor; a duquesa de Abrantes, já quando viúva de Junot vende-a por quase um milhão de francos, ao desbarato e Luis XVIII compra-a, oferecendo-a a D.João, mais tarde. Para França também já Junot enviara um lote de diamantes “que conseguira sabe-se lá onde”, dissera Thiebault).

Não sendo considerados prisioneiros os franceses embarcam com os saques, o que levanta muita revolta popular, mas a 15 de Setembro saem finalmente os últimos navios com franceses.

A Convenção de Sintra, violentamente recriminada por Bernardim Freire em nome do exército da Junta, provocará um inquérito militar em Inglaterra; o rei inglês acusa os seus generais de terem desrespeitado a soberania portuguesa e não terem procedido como vencedores em Lisboa. Mas a guerra continuava e a comissão de inquérito não recrimina na totalidade os responsáveis. Aí se foi tecendo a lenda, que os relatos dos franceses vencidos repetem, de que Portugal não teria entrado militarmente na guerra, fazendo-se representar apenas por paisanos armados de paus.

Em Dezembro levanta-se o exército português, 24 regimentos de cavalaria, 6 batalhões de caçadores, 12 de cavalaria, 4 de artilharia. Verdadeiramente nova era a Real Legião Lusitana, formada em Inglaterra por emigrados portugueses.

Mas a ocupação de Lisboa pelos ingleses, (que sempre hastearam lado a lado a bandeira inglesa e a portuguesa) ficou ensombrada pela derrota do exército de Moore em Espanha. O general inglês, levando consigo Beresford, entra por Espanha, tentando chegar a Madrid. Mas não consegue apoio dos espanhóis, que vinham sofrendo derrotas sucessivas. Ficando isolado de Portugal, regressa por Astorga é derrotado pela única campanha que Napoleão, irritado com a derrota de Junot, fez em Espanha. Moore foge com o resto do seu exército, (metade dele fica pelo caminho) pela Galiza, e é perseguido por Soult, que Napoleão, chamado para a Áustria, deixa para o substituir na campanha de recuperação de Portugal. Moore acaba por ser morto, é a derrota total; apenas alguns, com Beresford, conseguem atrapalhadamente embarcar na Corunha de regresso a Inglaterra. A repercussão é tal que os ingleses em Lisboa, sabendo-o, pensam também em embarcar.

Na Beira está parte da Legião Lusitana com o general Wilson e em Trás-os-Montes o agora brigadeiro e Governador de Armas da província de Trás-os-Montes, Francisco da Silveira. No Minho estão tropas com o general Gomes Freire. No total: menos de 4.000 homens bem treinados.

Do valor local ao valor nacional

A ordem de Napoleão, que deixa na Galiza dois dos seus melhores corpos de combate, o de Ney e o de Soult, era de ocupar Lisboa antes de 16 de Fevereiro e seguir para a Andaluzia ajudar o general Victor. Em Março, Soult tenta entrar pelo Minho, defendido por populares e pelo exército comandado pelo emigrado francês Champalimaud. Segue para Trás-os-Montes, repele os homens de Francisco da Silveira, que esperava o apoio dos

6.000 homens do Marquês de la Romana, que, ocupado na constante perseguição aos franceses na Galiza, não aparece. Silveira quer que Chaves seja evacuada, mas o comandante não quer; Silveira retira então com os seus homens bem indisciplinados para os montes. Já recebera um delegado de Soult convidando-o a render-se com a promessa de se tornar comandante de Trás-os-Montes; respondera que já o era e assim se manteria. Chaves, onde deixara uma pequena guarnição rende-se a 9 de Março, a guarnição é feita prisioneira e as milícias licenciadas. As tropas de Soult seguem para o Porto, dominando ainda Braga oito dias depois – e aí, no pânico da chegada dos franceses vários oficiais, incluindo o comandante Bernardim Freire são chacinados pela população e milícias em fúria. A 26 Soult chega às fronteiras do Porto, que não se entrega, mas onde também já grassa o pânico. Como retaliação Soult, ao quebrar a resistência da defesa, decreta 3 dias de pilhagem. É o momento do desastre da Ponte das Barcas, não suportando o peso dos milhares que querem chegar a Gaia.

Na véspera da chegada de Soult à cidade, a 25 de Março, Silveira recuperara Chaves.

Mantendo-se utópica a autonomia do país – nas fronteiras estão agora os melhores exércitos de Napoleão; e da Espanha Revolucionária, quase reduzida a Cádiz, pouco há com que contar. No Porto Soult com Laborde e Loison em Almeida anulam a importância dos 5.000 homens que em Tomar Beresford ainda treina – a libertação do Norte é a libertação de todo o país. A rapidez com que Napoleão impunha as suas iniciativas e as suas vitórias já moldam a mentalidade militar. Habituo-nos a ver o rigor da paciência de Francisco da Silveira, sempre atento à salvaguarda do seu exército, (esse exército que ele fora acompanhando desde a difícil preparação dos voluntários), mas analisada em retrospectiva a sua acção no bloqueio às tropas de Soult, (de Laborde e Loison), tudo se passa rapidamente.

Enquanto aguarda a chegada do exército de Wellesley e dos homens de Beresford, Silveira com as suas difíceis e indisciplinadas tropas não descarta o movimento contínuo que corta qualquer tipo de comunicação entre os franceses. Soult fica isolado, seja em relação ao seu exército criteriosamente espalhado no norte, seja dos outros exércitos além fronteiras. A segunda invasão, definida para conquistar o país com a ajuda eventual de Victor, desfez-se rapidamente e ficou comprometida desde finais de Abril. Soult ficou no Porto pouco mais de um mês, entra a 29 de Março e é expulso do Porto, pela aproximação das tropas de Wellesley a 11 de Maio.

Silveira, como comandante em chefe das tropas de Trás-os-Montes fora expulsando as guarnições francesas; ao mesmo tempo, recebia indicações de Beresford para impedir que as tropas de Loison se reunissem no Porto com as de Laborde, já que se esperava a chegada de Wellesley e tinha de se dar tempo a que se aproximassem do Porto. Dirige-se para Amarante, o nó dos caminhos que levavam ao Porto. Leva para aí a Infantaria 12, mantendo-se a cavalaria à distância, que Laborde ataca; Silveira fortifica-se então em Amarante, mas os franceses entram, enquanto Silveira se entrincheira na ponte, impedindo os franceses de sair. Tem consigo mais de 5.500 homens e mantém-se a bloquear Amarante desde 18 de Abril. Do Porto vem Soult com uma nova divisão a apoiar Delaborde e os franceses fazem saltar a ponte, dinamitando-a. Saem então de Amarante e Silveira segue para o Marco, Mesão Frio e Marão. Loison ainda persegue Silveira até Mesão Frio, mas as tropas de Bacelar obrigam-no a retirar. Dos 21.000 homens de Soult, 9.000 estavam em volta de Amarante. Com esta sua estratégia em Amarante, Silveira ganhara 14 dias e com toda a acção três semanas. As tropas de Wellesley estavam a chegar. A 8 de Maio Silveira vai para Vila Real e no Marão bate as tropas de Loison, suspendendo a sua marcha; recuam para a Régua.

No Porto, Soult já perdera as comunicações com os outros exércitos franceses fora do país. Tudo se resumia em vencer as tropas do Minho e, principalmente dar batalha a Silveira, que recusava a batalha campal e mantinha as emboscadas, a guerrilha, a dispersão, mostrando uma mobilidade sempre perigosa. Os franceses perdem a artilharia, homens, munições, bagagens e vão ainda perdendo as guarnições. A táctica da guerrilha instala a insegurança e desfaz a ordem de marcha, facilitando as lutas de campo aproveitadas por Silveira.

Entretanto já Wellesley, incorporando tropas portuguesas de Lisboa e do sul destruir a vanguarda de Soult em Albergaria e Grijó; já vira os regimentos portugueses, como Infantaria 11, receberem louvor de combate e chega ao Porto precisamente quando os franceses já estavam de saída desde a madrugada, com Soult, Delaborde e Quesnel, para retirarem com Loison.

Loison já saíra de Amarante e seguira para o Norte; Soult, não o encontrando, segue com as suas tropas para Guimarães, mas, perseguido, galgará a serra do Barroso, lutando contra populares e o exército português; Silveira, encarregado por Beresford de capturar Soult, persegue Loison. Depois acabará por perseguir à distância Soult, até Espanha; Beresford segue para Chaves e também não o captura.

Com o país novamente livre dos franceses o regente nomeia Wellesley marechal de campo do exército português, Beresford comandante em chefe das tropas combinadas e Francisco da Silveira Conde de Amarante.

O Norte não voltará a ser invadido, mas sofreu três meses de apocalipse; a retirada de Soult e de Loison cavou caminhos de morte, incêndios, destruição de vidas e de culturas da terra, com aquela raiva e inutilidade que a derrota e a humilhação proporcionava aos franceses.

A retirada de Soult surge no momento de máxima glória de Napoleão; casara com Maria Luísa, filha do imperador da Áustria. Quando se entrega ao problema que a Península já constituía, os seus generais, nomeadamente os que já conheciam a derrota em Portugal, como Junot, Thiebault ou Delaborde, acordam na consideração de que é necessário um exército unitário de 100.000 homens. Napoleão apenas aceita 70.000, mas dotado de forte artilharia. Comandá-lo-á o seu general preferido, Massena, “o filho querido da vitória”, imbatível, mas que se dizia cansado, o que Napoleão não aceita. Com ele virão Junot, Ney e Raynier e ainda o general de cavalaria Montbrun.

O plano de Wellington

Durante o ano de espera, o país passou a ser campo de manobras inglesas. Napoleão estava no seu máximo poder, em Espanha governava José Bonaparte. A tomada de Lisboa pelos aliados gorara o Bloqueio e a capital portuguesa mantinha-se como a retaguarda de controlo dos movimentos napoleónicos no mar.

Wellesley, com a autoridade que D.João lhe oferecera, traça o plano peninsular para expulsar definitivamente os franceses: obrigá-los a descerem, até Lisboa, defendida com as Linhas de Torres Vedras, linhas de defesa, já pensadas para Junot por um engenheiro português e que cobririam, em três linhas de defesa, os distritos de Alhandra, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras. Defenderia a parte mais a norte da barra do Tejo.

Para que o exército francês se desgastasse e chegasse a Lisboa com menores condições ofensivas (e, ao mesmo tempo todas as suas vitórias serem vazias no sentido da ocupação), até Lisboa, far-se-ia a política da terra queimada: as populações deveriam destruir e esvaziar as suas casas, e produções agrícolas, abandonando-as à ordem de Wellesley, seguindo com ele para Lisboa.

Nada poderia ser mais do desagrado de Francisco da Silveira, que continuava a defender a vasta fronteira norte desde os finais de 1809, tendo diversos recontros com os franceses e chegando a atacar Sanábria, em Agosto. Wellesley mantinha o seu exército acampado por alturas do Côa, sem intervir em qualquer acção.

Apesar de Napoleão ter decidido que se deixasse passar o Verão de 1810 sem enfrentar a luta com as febres e as epidemias sazonais que debilitavam as tropas, a 24 de Julho Massena cerca Almeida. Ney ocupa Ciudad Rodrigo; o total é de 85.000 homens. Almeida é cercada com quase 70.000, incluindo toda a cavalaria de Montbrun, cerca de 6.000 cavalos. O defensor de Almeida espera que o exército inglês o venha apoiar, mas Wellesley não mexe. Almeida só se entrega quando o exército francês faz explodir o armazém da pólvora, matando soldados e civis.

Massena fica no local até 15 de Setembro, mandando recolher víveres para 17 dias: o tempo que destinara para cercar e ocupar Lisboa. Prepara então a sua marcha e Wellesley sai à sua frente, com calma, levando consigo a multidão de desalojados, que, por vezes, saindo, incendeiam as suas casas. Trant, Bacelar e Silveira têm a função de evitar as comunicações e passagens da fronteira até Massena. Este manda ocupar Celorico, Viseu e Trancoso, que são agora lugares desertos. Segue para Santa Comba Dão, Caramulo e Wellesley para a serra do Buçaco. A multidão de refugiados são já milhares de camponeses.

Os franceses fazem sucessivos reconhecimentos para encontrar comida e lenha. Encontram sempre quem se escondeu, quem se refugia na montanha esperando a noite para regressar a casa. Sob a pressão da fome, cometem as maiores barbaridades. Em todo este período de invasão o exército francês estará em constante procura de alimento. Tempo e energia são gastos nisso, ocupando nomeadamente os homens de Montbrun.

Seguir para Lisboa implica vencer o exército aliado que se encontra no Buçaco, no cimo dos montes. Na madrugada de 27 de Setembro os franceses tomam posição no plano rodeado de montes e atacam, (Loison e Mesme). Mesme é logo ferido. É uma luta passo a passo, com baionetas. Ney e Brehier recuam, perdem mais de 4.000 homens entre mortos, feridos e fugitivos. Os generais franceses em reunião decidem abandonar a luta, torneando a posição e seguir para Lisboa. É a cavalaria de Montbrun que descobre outra saída, por Boialvo. A 28 os franceses retiram, em silêncio, derrotados no Buçaco.

Do cimo dos montes Wellesley observa, saindo depois calmamente para Torres Vedras.

Quando o exército de Massena chega a Torres Vedras pára pasmado frente às Linhas. Não há passagem possível. Nas linhas estão os ingleses, os portugueses de Beresford, as milícias de Viseu, Castelo Branco, Covilhã, Idanha, Vila da Feira, Tomar, Santarém, Lisboa, Setúbal e Torres Vedras. Ainda os 8.000 homens do Marquês de la Romana e o povo armado. São mais de 110.000 homens bem organizados e armados.

Massena já só tem 60.000 homens. Decide esperar que chegue o corpo de Soult e manda pedir a Napoleão mais 60.000. Só chegará uma legião com 10.000. Os homens estão doentes, sempre famintos, feridos. Não há barcos para atravessar o rio Há deserções constantes, bandos de desertores, como o 11º corpo, com 1.600 homens, que multiplicam as perseguições, roubos, incêndios, assassinatos. A invasão de Massena representa um período de terror arbitrário: os soldados começaram a reconhecer os locais onde tudo se escondera no abandono das terras; perseguem as mulheres que os familiares escondiam nos montes, para as venderem como vivandeiras aos oficiais, assassinam brutalmente crianças, velhos e estropiados e Massena, que tinha sido um militar de seriedade assegurada, acaba por transigir com toda esta brutalidade, perdendo os infractores, seleccionando mesmo para si resultados de pilhagens.

Em Novembro, Massena vai instalar-se em Santarém, onde faz quartel e envia brigadas para encontrar comida. Começa 1811 e não desiste. Só resolve retirar a 4 de Março.

Wellesley segue o exército; envia Beresford socorrer Badajoz que Soult ataca, para não ter de apoiar Massena. Este é ainda atacado e tem uma divisão inteira destruída em Foz de Arouce. Segue depois para Salamanca, ainda regressará a Almeida com armas e munições reforçadas para levar consigo a guarnição, que sairá por entre o fogo dos Aliados.

Nos finais de 1811 o país está liberto, acusando ainda duas excursões francesas de pilhagem no final do ano. Mas em 1812 inicia a luta em Espanha. Todo o ano se passa em excursões militares para limpar o corredor de entrada dos franceses para Portugal; Wellesley, já definitivamente duque de Wellington, mantém todo o ano o seu quartel de chefia em Portugal, em Còa, Vila Real, Lamego, mesmo Coimbra. Pouco a pouco e com muitas baixas aliadas, conquista-se Ciudad Rodrigo, Badajoz; a sul, a partir do vale do Guadiana, Hill vai destruindo os fortes no vale do Tejo espanhol. Em Julho o difícil ataque a Salamanca, que é abandonada. Depois é o caminho para Madrid.

Agora Francisco da Silveira já faz a guerra metódica mas, chegando os 42.000 homens de Marmont, Wellington regressa com o seu exército a Portugal mas acaba por estacionar em Ciudad Rodrigo. Segue-se a improvável vitória nos Montes Arapiles, onde Marmont e os generais que lhe sucedem são feridos, pondo o exército francês em pânico; Wellington que ia retirar, regressa ao perceber a confusão e os franceses retiram-se para a linha do Ebro. O rei José Bonaparte, que fugira e regressara com Marmont, foge de novo a 11 de Agosto. A 12 Wellington, os generais espanhóis, os chefes da guerrilha e Francisco Silveira entram em Madrid.

A 1 de Setembro vão ocupar Valladolid e Burgos, que oferece resistência, antes que Silveira apareça; a sua chegada põe os franceses em fuga.

O fim do ano passa-se com Wellington a conferenciar em Cádiz e a retornar para o quartel de Inverno em Portugal.

O ano de 1813 será um desastre para os franceses; Napoleão está na Campanha da Rússia com mais de 700.000 homens; chamara as suas tropas de elite, os Lanceiros e Montbrun. Na Península os franceses ocupantes eram 350.000. Nos Aliados, que iam incluindo espanhóis, o exército português já igualava o inglês em preparação militar, excedendo-o em organização. A guerrilha fornecia muita da tropa a cavalo, tinha mais de 3.000 cavalos.

Francisco da Silveira comandava a 2ª divisão portuguesa. Com a tomada de Burgos, Wellington começa a arriscar-se a aquartelar em Espanha.

Depois do ataque e vitória em Tormes, em Maio, Francisco da Silveira assume o comando da divisão de Hamilton. É obvio que os franceses convergem para Vitória, pois tendo Pamplona bem defendida, pensam dar aí a batalha decisiva, em campo aberto. Na estrada para Vitória, Wellington vence ainda a batalha de Osma, rechazando os franceses para as montanhas.

Passada a primavera, dá-se a 21 de Junho a batalha de Vitória. Todo o exército está concentrado, mas Silveira é o único a atacar. Os franceses levavam consigo o tesouro do exército, todo o armamento, - 1.500 carros, com o arquivo do Estado Maior, as bagagens dos oficiais, - 100 peças de artilharia, 200 carros menores com toda a bagagem do rei José. É a divisão de Silveira que, envolvendo o inimigo captura parte da artilharia e o famoso tesouro do rei, logo em fuga, a cavalo, seguido de 3.000 cavaleiros.

O tesouro capturado era superior a 8 milhões de cruzados em ouro, mas foi desviado por um comissário inglês e perderam-se dois terços da importância.

O exército francês segue desordenado para Pamplona. Por esta batalha Wellington e Silveira receberão cada um, a medalha de ouro da vitória, oferecida pelo rei inglês.

A maioria dos franceses passou a França; Soult é encarregado por Napoleão de reorganizar o exército e defender a França do avanço aliado. Tem consigo 30.000 homens, em breve reunirá 100.000. Ficam entretanto cidades-guarnições para ocupar,

San Sebastian, Tarragona, Pamplona. Agora já são as tropas portuguesas que tomam a iniciativa. Mas falta encontrar uma passagem pelos Pirinéus para entrar em França. Os Pirinéus são temidos não apenas pelas guarnições francesas bem colocadas, como pelos habitantes, guerrilhas ferozes que conhecem os montes. Atingir aí a noite é morte certa, levar a artilharia é aumentar-lhe as forças, pois sabem roubá-la.

Será a 2ª Divisão Portuguesa de Francisco da Silveira que abre caminho, conseguindo atravessar e limpar o desfiladeiro da Maia, em dois dias, de 28 a 30 de Julho. A 2 de Agosto desse ano, 1813, o exército aliado segue para França instalar o quartel general. Na batalha dos Pirinéus os franceses perderam 6.000 homens e os aliados 2.000. Nas acções dos regimentos portugueses, tratando-se, habitualmente, de emboscadas de guerrilha, era comum morrer a totalidade dos destacamentos, soldados e oficiais.

Silveira continua a lutar em Espanha, está no Cerco de San Sebastian, antes de passar com a sua divisão para França. Compreende-se que seja feito grande de Espanha por Fernando VII e grande de Portugal por D. João VI, receba a Comenda de San Fernando e a Grã Cruz de Cristo e da Torre da Espada, de Portugal. Mas ainda se tornará notado em França, combatendo de novo Soult, que efectua batalhas de desgaste, recuando de rio em rio, do Nive ao Nivelles e ao Adour. A 7 de Outubro Wellington entra em França. Já em 1814 Soult tenta atrair o exército para Toulouse, o que proporciona um cerco difícil, onde uma vez mais se distinguem as tropas portuguesas.

Os Aliados têm 7.500 baixas. Mas dá-se a abdicação de Napoleão. É o regresso das tropas que primeiro tinham invadido a França napoleónica.

Silveira e Wellington

Francisco da Silveira e o duque de Wellington eram ambos conservadores, ambos orgulhosos e persistentes, ambos vaidosos. O general irlandês não suportava inicialmente Silveira; reprovava-lhe o ponto de vista que demonstrou quando da primeira invasão, em Montemor-o-Velho, desprezava o exército da Junta, nomeadamente aquele exército de voluntários que Silveira organizara. Não considerava militares os milicianos e abominava ter de trabalhar com guerrilhas, como aconteceu frequentemente em Espanha.

Ao desrespeitar a ordem de Beresford, não aprisionando Soult em 1808, (o que este também não conseguiu, demorando-se até Chaves), Silveira sofreu a suspeição dos dois generais. De resto Silveira manteve sempre a sua opção fundamental, impedir nova invasão dos franceses ao Norte que comandava. E Wellington pôde deixar na reserva o seu exército inglês no Còa, em 1810, precisamente porque as fronteiras estavam protegidas. Já então os franceses se tinham habituado a respeitar Francisco da Silveira e a recear a sua mobilidade.

Mas é a partir de 1812 que Wellington pode observar de perto a condução militar de Silveira; a eficácia da sua acção na condução de tropas, o respeito pelos seus homens que não se queixavam da dureza dos trabalhos e das condições, a facilidade com que alternava a guerra metódica com a acção de guerrilha quando as circunstâncias assim o exigiam. Em Madrid tem-no a seu lado e aceita os chefes das guerrilhas, muitos dos quais eram do trato de Silveira. Em Vitória pôde ver o êxito da táctica mista de Silveira ao envolver o inimigo. Chega a dar-lhe o comando da divisão de Hamilton: a conceder-lhe o prestígio que apenas reservava aos ingleses.

As medalhas e os títulos concedidos pela Grã-Bretanha, por Espanha e Portugal quase que os igualam. Não são as grandes vitórias que lhes dão os títulos, mas a resistência oferecida em Amarante ou em Talavera de la Reina. Silveira, que não fizera uma verdadeira carreira militar até 1801, tornara-se, mesmo aos olhos de Wellington, um militar de excepção. Não fora as vicissitudes da mudança de regime, Francisco da Silveira, que esteve nos momentos mais decisivos das guerras peninsulares a partir de Junho de 1808, seria o mais lúcido representante português da derrota de Napoleão na península.

Como Wellington, Silveira era tão amado como odiado, mas sempre respeitado. O orgulho do privilégio de classe e da certeza de si são comuns aos dois. Se Silveira ganhara valores do Antigo Regime, Wellington conservara

os seus da Dublin natal. Nem um nem outro nasceram no centro do poder, por isso procuram o absoluto. E ambos, na improbabilidade histórica de vencerem Napoleão, o conquistaram.

É em Chaves, quando o exército também encabeçava o liberalismo, que Francisco da Silveira, fiel à realeza tradicional por quem lutara e por quem se construíra, que se confronta com o mal dos tempos: os seus soldados, os seus velhos regimentos obreiros de tantas glórias comuns, negam-lhe o apoio contra a Junta revolucionária do Porto de 1820. Não interessa saber se os mesmos homens, os seus familiares ou seus soldados, venham, muito em breve, a atacar esse liberalismo que agora apoiam. Em 1820 negaram o que constituíra toda a sua vida. No ano seguinte morria e não quis ser enterrado como militar.

Apontamentos bibliográficos

Para além das biografias do Conde de Amarante, (Adriano Beça, “O General Silveira”, Tip.Universal, 1909, Luís da Câmara Pina, “Um militar, o Conde de Amarante” in Ciclo de Conferências da Academia Portuguesa de História, Figuras históricas do Norte de Portugal, F.Eng. J.de A., 1983, ou Manuel da Silva Gonçalves, “General Silveira, 1º Conde de Amarante”, in Actas do Congresso Histórico de Amarante, 98”, vol. I, CMA e referências afins do Espólio documental dos Condes de Amarante, F.Sousa e outros, CMA, 1998, ou na obra publicada pelo seu confessor, Padre F. de A. Coelho de Magalhães); usou-se de equiparação de fontes tradicionais e contemporâneas sobre as invasões francesas, desde José Acúrsio das Neves, “História Geral das Invasões Francesas”, Porto, Afrontamento, 1984-1987; de Durval Pires de Lima, “Os franceses no Porto, 1807-1809”, Porto 1949 ou as obras de análise de Vasco Pulido Valente, “O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809”, Análise Social, ICS, nº 57, (1979) e “Ir pró maneta. A Revolta contra os franceses, (1808)”, Aletheia, 2007 e a de pesquisa e análise de fontes de José V.Capela/ Henrique Matos/Rogério Borralheiro, “O Heróico Patriotismo das províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808”, Braga, UM/Casa Museu de Monção, 2008; ainda obras gerais, (Vols 4 e 5 da “História de Portugal”, org. José Mattoso, Estampa) e de história militar: M.Mozas Mesa, “Bailén: estúdios político y militar de la gloriosa jornada”, Madrid, Eneiso, 1940, Carlos Azeredo, “As populações a norte do Douro e os franceses em 1808 e 1809”, Porto, Museu Militar, 1984 os volumes, XII e XIII da História do Exército Português de Cristóvão Ayres, Coimbra, (optando pelas referências numéricas aí apresentadas) e, ainda, para a história da municipalidade no Antigo Regime e organização dos bandos eventuais, Rogério Borralheiro, “Os homens da governança: sistema eleitoral e ocupação dos cargos nos séculos XVIII e XIX” e João Antunes Estêvão, “Paisagem e bandos: Hierarquia, Cultura Popular e Revoltas Camponesas / O Miguelismo em Amarante e Riba-Tâmega, 1825-1828”, ambos no Vol. I, História Política Sociedade Economia, Actas Amarante Congresso Histórico 98, CMA.